

Rotary



Rotary Club de Clevelândia realiza 42ª edição do Baile do Hawaii

Já se tornou tradicional a realização do Baile do Hawaii pelo Rotary Club de Clevelândia. Todos os anos no verão, companheiros do clube se propõem a realizar este evento, considerado o 'carro chefe nas finanças do clube'. O evento acontecerá dia 04 de fevereiro de 2023, a partir das 22h30. É a oportunidade angariar fundos para viabilizar o financiamento de projetos sociais que irão beneficiar inúmeras pessoas da comunidade. Para este ano o baile promete atrações exclusivas e contará com a animação da Banda Interprise, que fará sua primeira apresentação no município.

Companheiros do Rotary Club de Clevelândia convidam companheiros de todo Distrito 4640, bem como do Distrito 4740 do extremo oeste de Santa Catarina. O baile é aberto a toda comunidade que, além de se divertir, tem a oportunidade de contribuir com os projetos sociais do clube.

Serviço

Oque: 42ª edição do Baile do Hawaii

Data: 4 de fevereiro de 2023

Horário: 22h30

Local: Clube Cultural Clevelandense

Cidade: Clevelândia (PR).

Realização: Rotary Club de Clevelândia

Câmara vota nesta quarta em torno de 240 emendas a PLOA 2023

Última sessão ordinária será realizada no dia 12 de dezembro. Para o período de recesso será constituída uma comissão de representação

Marcelo Coan

marcelo@diariodosudoeste.com.br

A mesa diretoria da Câmara Municipal de Pato Branco deve discutir e votar, na penúltima sessão ordinária de 2022, a qual será realizada nesta quarta-feira (7), entre outros projetos, em torno de 240 emendas a Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício 2023 do município – a qual prevê um orçamento de R\$ 530 milhões. Apesar do número de emendas, a votação deve acontecer em blocos. A informação é do presidente da Casa de Leis, Claudemir Zanco (PL).

De prerrogativa dos vereadores, as emendas são divididas entre autorizativas e impositivas. Na prática eles podem indicar onde o Executivo deve gastar determinadas verbas públicas. As emendas impositivas são divididas em individuais e de bancada. Para o PLOA 2023, as emendas impositivas podem somar R\$ 9.574.938,44. Cada vereador pode indicar até R\$ 474.790,34. No caso das emendas de bancada o teto é R\$ 544.030,59. A PLOA precisa, obrigatoriamente, ser votada dentro do corrente ano. A aprovação depende de dois turnos.

A última sessão ordinária do Legislativo Pato-branquense será realizada no dia 12 de dezembro. Na mesma semana, após o feriado municipal, no dia 16, os vereadores se reúnem numa sessão especial para a eleição da mesa diretora para o exercício 2023. Conforme Zanco, ainda não há consenso em relação a um nome. Segundo ele, nos bastidores há uma movimentação grande dos vereadores. "Temos mais de dois supostos candidatos", revela.

Regimento interno

Como são apenas duas sessões ordinárias antes do recesso legislativo, o presidente da mesa diretora da Casa de Leis ainda não tem certeza se a discussão em relação ao regimento interno vai acontecer neste ano. Segundo ele há duas possibilidades. A primeira seria pautar o assunto em sessão extraordinária. A outra seria tratar do as-



ASSESSORIA CÂMARA PB

As emendas a serem discutidas e votadas definem onde e de que forma o orçamento do município será executado em 2023

sunto no início de 2023, quando os trabalhos forem retomados.

Apesar da incerteza, Zanco explica que a discussão do regimento interno se faz necessária para que algumas questões sejam atualizadas e revisadas. Entre elas, cita, por exemplo, a criação do cargo de técnico legislativo na estrutura de funcionários. O cargo em questão, segundo o presidente, foi aprovado em concurso recentemente. O chamamento do profissional acontece após o decreto do governo federal, o qual proibiu durante a pandemia a contratação de novos servidores, deixar de vigorar.

O técnico do legislativo, com formação em direito, vai auxiliar o Legislativo, especialmente dentro das comissões permanentes, na emissão dos pareceres dos projetos. Em resumo, é esse profissional que vai, quando adentrar um projeto na Casa de Leis, analisar se a técnica legislativa está de acordo.

Trabalho no recesso

Mesmo após o recesso, os trabalhos do Legislativo não devem parar 100%. Zanco explica que será constituída uma comissão de representação que ficará de "plantão" no período. A nominata de vereadores a ser indicada terá a responsabilidade de analisar, discutir e votar projetos e questões excepcionais que precisam ser destrinchadas antes do retorno ordinário do Legislativo.

Indicado ao cargo de conselheiro do TCE-PR, Zucchi vai ser sabatinado pela Assembleia

Marcelo Coan com Alep

marcelo@diariodosudoeste.com.br

Durante a sessão plenária desta terça-feira (6), o primeiro secretário da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD), fez a leitura do ofício do governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Junior, indicando o ex-deputado e atual secretário de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, Augustinho Zucchi, para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em razão da aposentadoria do ex-conselheiro, Nestor Baptista.

Logo na sequência, o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSD), solicitou aos líderes partidários a indicação dos integrantes que irão compor a Comissão Especial que vai analisar o nome indicado pelo governador para a vaga. Conforme o Regimento Interno da Assembleia, a Comissão será composta por cinco membros, respeitando a representação partidária.

Quando a Comissão for oficializada, os deputados realizarão a sabatina do indica-

do e opinar sobre a indicação. Após isso, a mesa deverá ser notificada para convocar uma sessão especial a fim de deliberar sobre o nome proposto para a vaga.

"Solicito aos líderes e membros indicados que escolham a presidência e que realizem a sabatina para que possamos realizar a votação em sessão especial já na semana que vem", disse Traiano.

De forma discreta, por meio da assessoria de imprensa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná (Sedu), onde ocupa a vaga de secretário, Zucchi manifestou o sentimento em relação a indicação do governador. "É uma grande honra para mim receber essa indicação do governador Ratinho Junior, que sempre presou pela seriedade da função pública. Tenho gratidão por esse reconhecimento, que é acompanhado de uma responsabilidade muito grande", declarou o ex-prefeito Pato-branquense.

Com a publicação do ofício e a tratativa que deve ser dada pela Alep, a informação veiculada pela reportagem do Diário do Sudoeste na edição do dia 2 de dezembro se confirma.

Por emendas, vereadores dão direcionamento a mais de R\$ 9 milhões do orçamento do município

A indicação de emendas é uma prática assegurada em lei aos vereadores e é utilizada em Pato Branco desde 2019

Marcelo Coan

marcelo@diariodosudoeste.com.br

Na penúltima sessão ordinária do ano, realizada nesta quarta-feira (07), a Câmara Municipal de Pato Branco discutiu e votou, entre outras pautas, as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício 2023 do município – a qual prevê um orçamento de R\$ 530 milhões. A matéria também foi votada em primeiro turno.

A Lei Orçamentária Anual recebeu 223 emendas. São nove emendas modificativas, 102 emendas impositivas individuais e 112 emendas impositivas de bancada. Das impositivas individuais, dez foram apresentadas pelo vereador Claudemir Zanco (PL), 11 pelo vereador Dirceu Luiz Boaretto (Podemos), 12 pelo vereador Eduardo Albani Dala Costa (MDB), oito pelo vereador Januário Koslinski (PSDB), 13 pelo vereador Joecir Bernardi (PSD), 12 pelo vereador Lindomar Rodrigo Brandão (PP), 11 pelo vereador Marcos Junior Marini (Podemos), quatro pela vereadora Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV), oito pelo vereador Rafael Celestrin (PSD), oito pelo vereador

Romulo Faggion (União) e cinco pela vereadora Thania Maria Caminski Gehlen (PP).

As bancadas também tiveram emendas impositivas analisadas e aprovadas. O PP liderou com 20 apontamentos. Na sequência aparece PSD com 15, União e PV com 13 cada e PL, MDB e Podemos com dez cada. PSDB fechou a conta com cinco emendas de bancada. Juntos, os oito partidos com atuação na Casa de Leis subscreveram outras 20 emendas impositivas de bancada.

Das emendas impositivas apresentadas, 119 tratam especificamente de transferências voluntárias ao terceiro setor, ou seja, pessoas jurídicas de direito privado que não possuem finalidade lucrativa e exercem atividade de interesse social. Juntas, essas emendas somam um montante de R\$ 4.321.681,06. Em votações únicas, também foram aprovadas, para o próximo ano, nove emendas autorizativas para o orçamento municipal, que totalizaram R\$ 1.916.838,44.

De prerrogativa dos vereadores, as emendas são divididas entre autorizativas e impositivas. Na prática eles puderam indicar onde



Por meio das emendas os vereadores, na prática, puderam indicar onde os recursos públicos serão gastos em 2023

o Executivo deve gastar determinadas verbas públicas. As emendas impositivas são divididas em individuais e de bancada. Para o PLOA 2023, as emendas impositivas poderiam somar R\$ 9.574.938,44. Cada vereador poderia indicar até R\$ 474.790,34. No caso das emendas de bancada o teto era R\$ 544.030,59.

Apesar de ter detectado inconsistência em 16 das 223 emendas, as quais deverão passar por correções, o parecer da Comissão de Orçamento e Finanças

foi favorável a aprovação. O processo de discussão e votação das emendas ocorreu em forma de blocos. Todas as emendas foram aprovadas por unanimidade do plenário.

Citando o esforço da comissão e os departamentos jurídico e legislativo da Câmara, o presidente da Casa de Leis, Claudemir Zanco (PL), afirmou que foi um trabalho grandioso. “Nós vamos fazer uma grande ação na cidade de Pato Branco”, registrou referindo-se aos R\$ 9 milhões que não esta-

vam previstos no planejamento do prefeito Robson Cantu.

Segundo Zanco, neste ano foi antecipada a discussão em torno da PLOA num trabalho alinhado entre Câmara e Executivo. O presidente explicou que o formato, com emendas, é utilizado pelo segundo ano e existem várias dúvidas, por exemplo, das entidades que podem ser beneficiadas. “Neste ano o processo foi um pouco mais maduro”, avalia afirmando que é um novo momento onde o Legislati-

vo, além de criar leis e fiscalizar, também pode destinar recursos.

Segundo turno

Como já adiantado pelo presidente da mesa diretora do Legislativo, a segunda discussão do projeto que trata da Lei Orçamentária Anual deve ser pautada na sessão da próxima segunda-feira (12).

Depois de aprovado em segunda discussão, há um trâmite de 150 dias para que a prefeitura faça a leitura e indique se há impedimento legal em alguma emenda.

TSE mantém indeferimento do registro de candidato e Beto Richa deve assumir vaga na Câmara

Redação com TSE

Na terça-feira (6), o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por

unanimidade, manteve o acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) que indeferiu o

registro de candidatura de Joselito Canto ao cargo de deputado federal pela federação PSDB/Cidadania

nas Eleições 2022.

Joselito Canto foi condenado, em 2002, por improbidade administrativa, em razão de ato praticado quando era prefeito de Ponta Grossa (PR). O Tribunal de Justiça do Estado (TJ-PR) determinou a suspensão dos direitos políticos de Canto por três anos, em ação civil pública, uma vez que teria utilizado um policial militar para a própria segurança pessoal.

De acordo com o TJ-PR, o ato do ex-prefeito causou dano ao erário, enriquecimento ilícito e atentou contra os princípios da administração pública. Além disso, segundo o entendimento do tribunal paranaense, o candidato teria agido intencionalmente, já que tinha conhecimento do desvio de função, ficando evidente a lesão ao poder público.

Ao analisar o pedido de registro de candidatura às Eleições 2022, o TRE-PR ne-

gou o registro de Canto por entender que ele se enquadra na causa de inelegibilidade prevista no artigo 1º, inciso I, alínea “I”, da Lei Complementar nº 64/1990. Diante da decisão regional, ele recorreu ao TSE.

Na sessão desta terça (6), o relator do caso, ministro Carlos Horbach, destacou que Canto foi condenado, em decisão transitada em julgado, à suspensão dos direitos políticos por três anos, ao pagamento de multa e ao ressarcimento do dano.

Contudo, segundo recentes alterações legislativas, no que se refere ao cálculo do lapso temporal entre o trânsito em julgado da sentença e o cumprimento das sanções impostas para a contagem do prazo de inelegibilidade, que é de oito anos, o recorrente somente efetuou o pagamento da multa e o ressarcimento ao erário em 1º de agosto de 2022. “Re-

manescendo a situação de inelegibilidade do candidato, conforme se extrai da Lei Complementar 64/90. Nessa toada, a contagem do prazo reclama o cumprimento de todas as penas cominadas”, ressaltou.

Vaga na Câmara

Com a manutenção do indeferimento do registro de candidatura de Canto a vaga na Câmara dos Deputados deve ser preenchida pelo ex-governador do Paraná, Beto Richa (PSDB).

Richa deve assumir a vaga por média - quando nem todas as cadeiras são preenchidas pelo cálculo do quociente e, então, é feito um novo cálculo para definir os eleitos. No pleito do dia 02 de outubro o ex-governador do Estado recebeu 64.868 votos. Com a alteração de nomes, Rubens Bueno (Cidadania), que teve 42.321 votos, fica como primeiro suplente da coligação.